PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DE TELHA PI

Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Cocal de Telha
CNPJ:01.612.574/0001-83
END:Rua Francisco Alves Mendes 149-Centro-CEP:64.278-000- Cocal de Telha-PI –fone 086-3263-0238

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25/2020
PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2020

CONTRATO Nº 37/2020

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DE TELHA-PI, E A EMPRESA. DICOREL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.PARA OS FINS A QUE SE DESTINAM.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE COCAL DE TELHA, inscrito no CNPJ nº **01.612.574/0001-83**, situado na **Rua Francisco Alves Mendes, nº 149, Cocal de Telha-PI,** representado neste ato pela Prefeita Municipal, Sra. Ana Célia da Costa e Silva, CPF nº 170.519.068-52 e RG: nº 1.644.747/SSP-PI.

CONTRATADO (a): DICOREL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, empresa inscrita no CNJP/MF sob o nº 19.086.670/0001-09, com sede na Rua Dom Bosco, nº 3201, Samapi, Teresina - PI, neste ato representada pelo Sr. José Celesmar Bertulino, CPF nº 130.800.754-04.

O CONTRATANTE e a CONTRATADA, acima especificados, têm entre si ajustado a presente. Conforme o **Pregão Presencial nº 10/2020**, regulado pelos preceitos de direito público, especialmente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Dec. Federal nº 3.555/2000 de 08/08/2000, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado, bem como mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
Constitui objeto do presente instrumento a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DE TELHA – PI,** em conformidade com os termos do Edital e proposta apresentada pela CONTRATADA, que fica fazendo parte deste contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR E DO PAGAMENTO
2.1. O valor total deste Contrato é **R$ 135.500,00** (cento e trinta e cinco mil e quinhentos reais) conforme proposta financeira apresentada.
2.1.1. Estão inclusos nos preços todos os impostos e taxas incidentes sobre a prestação de serviço.
2.2. A CONTRATANTE efetuará o pagamento do valor dos serviços prestados, mediante a apresentação da Nota Fiscal correspondente, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento do objeto e atesto da Nota Fiscal, nos termos da Cláusula Quarta deste contrato, para a consequente aceitação e liquidação prevista na Lei nº 4.320/94. Eventuais despesas bancárias correrão a cargo da CONTRATADA.
2.3 O prazo de pagamento de que trata o item acima poderá ser postergado por motivo de caso fortuito ou de força maior.
2.4. Os pagamentos processados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades vinculadas ao fornecimento do material, em especial àquelas relacionadas com a qualidade e a garantia.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA EXECUÇÃO FINANCEIRA
3.1 Os recursos para pagamento do objeto constante do presente contrato, correrão por conta dos seguintes recursos financeiros do:

FONTE DE RECURSO:: Orçamento Geral do Municipio/Fus/Pab
UNIDADE ORCAMENTARIA :02.06
PROJETO/ATIVIDADE: 21.33/2063
ELEMENTO DE DESPESA*: 339030*

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES
4.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:
a) Efetuar o fornecimento contratados, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da emissão de ordem de fornecimento;
b) Manter, durante o período de vigência, todas as condições que ensejaram a sua habilitação no procedimento licitatório;
c) Aceitar, nas mesmas condições ora pactuadas, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor deste Contrato;
4.2. Constituem obrigações da CONTRATANTE:
a) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
b) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
c) Utilizar os bens em condições normais e adequadas para o fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA: DO FORNECIMENTO
5.1. No ato do fornecimento dos veículos serão verificadas as condições cotadas na proposta apresentada as quais deverão estar de plena conformidade com a mesma, sob pena de não aceitação.
5.2. Caso a empresa vencedora não tenha condições de fornecer os produtos da ordem de fornecimento, deverá enviar termo de desistência até o termino do prazo estabelecido nos termos do item 4.1 do presente contrato.
5.2.1. O não cumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a Administração / PMCT enviará o *termo de desclassificação*, efetuando a prestação do serviço licitado com a próxima licitante classificada.
5.2.2. Dependendo o tipo de Processo licitatório (global ou por item) a desclassificação ou desistência da empresa poderá ser total ou somente para os itens constantes da ordem de fornecimento, conforme o caso.
5.2.3 As notas fiscais deverão ser enviadas obrigatoriamente para os e-mails pm.cocaldetelha.pi@hotmail.com e cgm.pmct@hotmail.com, sob pena de não recebimento das mesmas.

CLÁUSULA SEXTA: DA ACEITAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
6.1. A fiscalização do cumprimento deste Contrato será feita por servidor designado da PMCT.
6.2. A fiscalização e aceitação de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA com relação aos itens fornecidos.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA
7.1. Este contrato vigorará até **31 de dezembro de 2020**, a partir de sua assinatura, ou ao término do fornecimento dos itens cotado, prevalecendo o que ocorrer primeiro, podendo, ainda, ser prorrogado ou aditivado, nos termos da Lei nº 8.666/93, por interesse público, ou até conclusão de novo procedimento licitatório.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES
8.1. O não cumprimento do prazo estabelecido para prestação do serviço, sujeita a CONTRATADA a multa de mora, no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o serviço não prestado, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do mesmo.
8.2. A aplicação da multa de mora estabelecida no item anterior não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as sanções previstas no item 7.3 deste Contrato.
8.3. No caso de inexecução total ou parcial das condições contratuais, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, rescindir o contrato e, segundo a gravidade da falta cometida, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:
a) Advertência, em caso de atraso em até 05 (cinco) dias;
b) Multa, no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da respectiva Ordem de Serviço, em caso de atraso de mais de 05 (cinco) dias;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PMCT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, inclusive em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração. Será declarada suspensa de contratar com a Administração nos casos previstos nos subitens seguintes, em caso de culpa;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, nos casos:
I – Declarar-se-á inidôneo o contratado que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando, a juízo da Administração, falta grave, revestida de dolo.
II – Declarar-se-á inidôneo o contratado que tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.
III – Declarar-se-á inidôneo o contratado que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
IV – Declarar-se-á inidôneo o contratado que demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
8.3.1. As penalidades cominadas nas alíneas "a", "c" e "d", supra, poderão ser aplicadas cumulativamente com aquela prevista na alínea "b" do mesmo item.
8.4. O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, quando for o caso, cobrado judicialmente.
8.5. As sanções somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais e as justificativas somente serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente da CONTRATANTE, e, desde que formuladas no prazo máximo de 3 (três) dias úteis da data em que a CONTRATADA tomar ciência.
8.6. Para aplicação das penalidades previstas acima será garantida defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis no caso de advertência, multa e suspensão, e de 10 (dez) dias contados da abertura de vistas no caso de inidoneidade.

CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO
9.1. Constituem motivos de rescisão do contrato:
a) O não cumprimento de cláusulas, especificações ou prazos estabelecidos no termo de contrato;
b) O cumprimento irregular de cláusulas, especificações ou prazos estabelecidos no termo de contrato;
c) A lentidão no cumprimento do contrato, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da prestação do serviço, no prazo estipulado;
d) O atraso injustificado no fornecimento dos itens, que importe em prejuízo da CONTRATADA superior a 50% (cinqüenta por cento) do valor contratado;
e) A subcontratação total ou parcial do objeto, associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial das obrigações contraídas, bem como a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA que afetem a boa execução do contrato, sem prévio conhecimento e expressa autorização da CONTRATANTE.
f) O desatendimento das determinações regulares da comissão fiscalizadora, assim como de seus superiores;
g) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, superior a 03 (três) vezes, anotadas em registro próprio, pelo representante da CONTRATANTE designado para o acompanhamento e fiscalização deste contrato;
h) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa do CONTRATANTE, e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
j) A supressão, por parte da CONTRATANTE, do fornecimento dos produtos, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite de 25% (vinte e cinco por cento), salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes;
k) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas, desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
l) A ocorrência de "caso fortuito" ou "força maior", regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato;
m) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

(Continua na próxima página)

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS
"Verba Volant, Escripta Manet"

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DE TELHA-PI
NOVO TEMPO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Cocal de Telha
CNPJ:01.612.574/0001-83
END:Rua Francisco Alves Mendes 149-Centro-CEP:64.278-000- Cocal de Telha-PI –fone 086-3263-0238

9.2. A rescisão deste Contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos especificados nas alíneas "a" , "h" e "m" do subitem 9.1 deste Contrato;

b) Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

c) Judicial, nos termos da legislação processual.

9.3. A rescisão do Contrato obedecerá ao que preceituam os artigos 79 e 80, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA PUBLICAÇÃO

10.1. O extrato deste instrumento será publicado no Diário Oficial dos Municípios, até o quinto dia útil do mês subseqüente ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1. Para dirimir as questões oriundas deste Contrato, compete o Foro da Justiça Comum de Capitão de Campos - (PI), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.2. Para firmeza e como prova de haverem entre si, justos e acordados, é lavrado o Contrato em 03 (três) vias de igual teor e valia, assinadas pelas partes e por 02 (duas) testemunhas.

11.3. Os casos omissos serão resolvidos nos termos da Lei nº 8.666/93.

Cocal de Telha (PI), 21 de agosto de 2020.

ANA CELIA DA COSTA SILVA
Prefeita Municipal
Contratante

DICOREL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ:19.086.670/0001-09
Contratado(a

1:_____
CPF:_____

2:_____
CPF:_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTE – PIAUÍ
Palácio Dois Irmãos
AV. Manoel Lourenço Cavalcante, 600 – Bairro Nova Corrente
Fone: 89-3573-1225 – CEP 64980-000 - Corrente – Piauí
CNPJ Nº 06.554.257/0001-71

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 027/2020-DISP-CPL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORRENTE-PI **/SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E TRÂNSITO - SEMUTCONTRATADO: TOLENTINO COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI (LED LUZ),** - CNPJ nº 33.227.350/0001-44

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de material elétrico para utilização na iluminação pública, para atender as necessidades do Município de Corrente-PI.

VALOR GLOBAL: R$ 48.900,00 (Quarenta e oito mil e novecentos reais)

RECURSO FINANCEIRO: PRÓRPIO/FPM/ISS/ICMS/OUTROS no Elemento de Despesa 339030 – Material de Consumo

VIGÊNCIA: 31 de Dezembro de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 07 de Agosto de 2020

SIGNATÁRIOS

Contratante: Rayffe Ray Lemos Lima

Contratado: Tolentino de Sene Corado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTE – PIAUÍ
Palácio Dois Irmãos
AV. Manoel Lourenço Cavalcante, 600 – Bairro Nova Corrente
Fone: (89) 3573-1285 – CEP 64980-000 - Corrente – Piauí
CNPJ Nº 06.554.257/0001-71

EXTRATO PUBLICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 067/2020-SRP/2020
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 029/2020-SRP

OBJETO: Registro de Preços visando à aquisição de combustível e derivados do petróleo, para atender as necessidades desta municipalidade.

Data da Sessão: 18 de agosto de 2020.
Horários: 09hh00min
Adjudicação: 21 de agosto de 2020
Homologação: 21 de agosto de 2020
Data de assinatura da Ata Contrato: 24 de agosto de 2020.

ITENS REGISTRADOS:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	UND	QNT	V. Unt.	V. Total
01	ÓLEO DIESEL S-500	BR Petrobras	LT	85.000	R$ 3,70	R$ 314.075,00
02	ÓLEO DIESEL S-10	BR Petrobras	LT	85.000	R$ 3,75	R$ 318.750,00
03	GASOLINA COMUM	BR Petrobras	LT	35.00	R$ 4,74	R$ 165.900,00
04	ADITIVO FLU ARLA 32	BR Petrobras	LT	4.000	R$ 3,71	R$ 14.820,00
						Total R$ 813.545,00

OBSERVAÇÃO I:

- A Licitante é detentora da expectativa do direito em iguais condições considerando para efeito de Contrato;
- Os objetos, conforme definido no Edital, ainda quando for o caso, no contrato individual ou instrumento congênere;
- O contrato ficará adstrita a indicação de dotação orçamentária que sustentará a despesa em conformidade com o planejamento realizado para o exercício vigente;
- O órgão/ente fará a solicitação do objeto conforme a sua necessidade e de acordo com a disponibilidade de recursos orçamentários.

OBSERVAÇÃO II:

LICITANTE	**M. C. LEMOS & CIA LTDA (POSTO PRIMAVERA I)**
CNPJ	07.696.891/0001-01
CONTATO	(89) 3573-1335 – Lissandra da Cunha Lemos Valente, CPF n° 811.926.141.00
ENDEREÇO	Rua Desembargador Amaral, nº 974, Bairro Centro, CEP: 64.980-000
CIDADE	Corrente – PI

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTE – PIAUÍ
Palácio Dois Irmãos
AV. Manoel Lourenço Cavalcante, 600 – Bairro Nova Corrente
Fone: (89) 3573-1285 – CEP 64980-000 - Corrente – Piauí
CNPJ Nº 06.554.257/0001-71

EXTRATO PUBLICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 067/2020-SRP/2020
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 029/2020-SRP

OBJETO: Registro de Preços visando à aquisição de combustível e derivados do petróleo, para atender as necessidades desta municipalidade.

Data da Sessão: 18 de agosto de 2020.
Horários: 09hh00min
Adjudicação: 21 de agosto de 2020
Homologação: 21 de agosto de 2020
Data de assinatura da Ata Contrato: 24 de agosto de 2020.

ITENS REGISTRADOS:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	UND	QNT	V. Unt.	V. Total
5	ÓLEO LUBRIFICANTE TOP TURBO 20 LITROS PARA MOTOR A DIESEL	Lubrax Top Turbo	BLD	30	R$ 240,00	R$ 7.200,00
6	ÓLEO LUBRIFICANTE 68 - PARA SISTEMA HIDRAÚLICO, SISTEMA DE TORK MÁQUINAS PESADAS - BALDE COM 20 LITROS	MotorFix	BLD	30	R$ 231,00	R$ 6.930,00
7	ÓLEO 80W90 - PARA CAIXA DE CAMBIO - BALDE COM 20 LITROS	Lubrax GLS	BLD	20	R$ 239,00	R$ 4.780,00
8	ÓLEO 85W140 - PARA DIFERENCIAL - BALDE COM 20 LITROS	Lubrax GLS	BLD	20	R$ 270,00	R$ 5.400,00
9	ÓLEO DE FREIO DOT 4 (500 ML)	MotorFix	GRF	40	R$ 16,00	R$ 640,00
10	ÓLEO DE FREIO DOT 3 (500 ML)	MotorFix	GRF	40	R$ 11,50	R$ 460,00
11	GRAXA BALDE COM 20 KG	Unilit Blue	BLD	10	R$ 317,00	R$ 3.170,00
12	ÓLEO PARA MOTOCICLETA 20W 50	MotorFix	LT	30	R$ 12,00	R$ 360,00
13	ADITIVO PARA RADIADORES	Orbi Química	LT	100	R$ 11,50	R$ 1.150,00
14	ÓLEO TÉCNICO SM SINTÉTICO GASOLINA	MotorFix	LT	40	R$ 21,50	R$ 860,00
15	ÓLEO AVANTE SINTÉTICO DIESEL	MotorFix	LT	100	R$ 34,50	R$ 3.450,00
16	ÓLEO DE LUBRIFICANTE PARA DIREÇÃO HIDRAULICA (ATF OH 49 1 LTS)	Tutela	LT	150	R$ 17,00	R$ 2.550,00
17	ÓLEO DOIS TEMPOS 500ml	MotorFix	GRF	200	R$ 10,50	R$ 2.100,00
18	ÓLEO DOIS TEMPOS 200ml	MotorFix	GRF	200	R$ 5,90	R$ 1.180,00
						Total R$ 40.230,00

OBSERVAÇÃO I:

- A Licitante é detentora da expectativa do direito em iguais condições considerando para efeito de Contrato;
- Os objetos, conforme definido no Edital, ainda quando for o caso, no contrato individual ou instrumento congênere;
- O contrato ficará adstrita a indicação de dotação orçamentária que sustentará a despesa em conformidade com o planejamento realizado para o exercício vigente;
- O órgão/ente fará a solicitação do objeto conforme a sua necessidade e de acordo com a disponibilidade de recursos orçamentários.

OBSERVAÇÃO II:

EMPRESA LICITANTE	**VINICIUS MONTEIRO RONCEN – ME**
CNPJ	29.470.001/0001-81
CONTATO DO REP.LEGAL	(62) 9 9936-7159 - Vinicius Monteiro Roncen - CPF nº 034.991.291-24
ENDEREÇO	Rua Adolf John Terry, nº 146, Bairro Olaria.
CIDADE/ESTADO	Corrente / Piauí.